

Todos concordam: a economia não aguenta mais juros tão altos.

As pequenas e médias empresas de autopeças estão no sufoco por causa dos juros, diz o empresário Mário Milani. O ex-ministro Karlos Rischbieter concorda: as taxas precisam cair.



O governo precisa apressar a renegociação da dívida externa, para poder reduzir os juros internos, com a maior rapidez possível. Com este objetivo, deveria estudar a possibilidade de alterar o projeto 4, renegociando parte dos créditos de curto prazo solicitados para os bancos brasileiros em créditos de prazo mais longo. A sugestão foi feita ontem no Rio pelo editor-chefe da revista **Conjuntura Econômica**, Paulo Rabelo de Castro. Ao mesmo tempo, o diretor do Sindipeças, Mário Milani, advertia para a possibilidade de desnacionalização do setor: as pequenas e médias empresas estão no sufoco, e não podem esperar por muito mais tempo a queda dos juros prometida pelos ministros Delfim Neto e Ernane Galvães.

Segundo algumas fontes, esta queda não deverá acontecer tão cedo — talvez nem este ano —, em consequência da desaprovação do Fundo Monetário Internacional.

Mesmo assim, Mário Milani avverte que a manutenção dessa política de juros poderá abrir caminho, no setor de autopeças, "para que as multinacionais entrem e ocupem lugar dentro do parque produtor de componentes para veículos, em substituição a legítimos empresários brasileiros".

E acrescentou: "Se o governo demorar mais um pouco (para cumprir a promessa de redução dos juros) não vai sobrar mais ninguém para se beneficiar da medida".

O diretor do Sindipeças frisou que o quadro atual não deixa saída para a indústria, pois, se a empresa transfere o custo financeiro para o produto, perde em competitividade e o consumo declina; se continua absorvendo este custo, fica cada vez mais descapitalizada.

Em Curitiba, o ex-ministro da Fazenda Karlos Rischbieter pediu a máxima urgência para a solução do problema dos juros, dizendo que o País não tem condições de continuar convivendo com taxas tão elevadas. Ele citou como soluções "aceitáveis" a adoção do câmbio múltiplo e a redução das taxas de captação dos títulos públicos. Para Rischbieter, a modificação dos juros internos deveria ter antecedido as mudanças na lei salarial, já que uma medida se torna inteiramente inócuas sem a outra.

Menos emprego

O economista Paulo Rabelo de Castro admite que é urgente a redução dos juros, "a fim de que seja mantido um mínimo de atividade necessária para manter o nível de emprego atual". Enquanto os juros estiverem acima da inflação, muito pouca gente fará investimentos. Isso implicará a redução da atividade econômica e a consequente queda da oferta de empregos. "Novos empregos não se criaram este ano, enquanto o País não resolver o

problema da dívida externa."

Lembrou que a grande dificuldade para resolver este problema consiste no projeto 4, que representa os US\$ 10 bilhões, agora reduzidos para US\$ 8 bilhões, que são créditos concedidos por bancos estrangeiros para agências de bancos brasileiros, que os repassam para o Brasil como se fossem bancos estrangeiros. "Para obter esses empréstimos, agora oscilando na faixa de US\$ 7 a US\$ 8 bilhões, o Brasil está encontrando certas dificuldades, consideradas naturais, tendo em vista que esses valores representam operações *overnight*, ou seja, de curto prazo".

No momento, os bancos estrangeiros estão bancando posições para bancos brasileiros no Exterior, como se fossem créditos de longo prazo concedidos diretamente para o País. "É aí que reside maior dificuldade, uma vez que se forem cortados esses créditos de curto prazo no Exterior, ficam sem resguardo os créditos de longo prazo que os bancos nacionais fornecem ao Brasil do Exterior para cá."

"Solução óbvia"

Por isto, o governo brasileiro está pressionando os bancos internacionais no sentido de que mantenham suas linhas de curto prazo abertas para os bancos brasileiros. Mesmo assim, é preciso considerar a possibilidade de os bancos estrangeiros não assegurarem que os créditos concedidos a prazo muito curto estarão sempre disponíveis no montante pedido pelo Brasil.

Para o editor-chefe da **Conjuntura Econômica**, existe uma "solução óbvia": pelo menos uma parte do montante de recursos a curto prazo pode ser renegociada com os bancos credores, de forma a transformar esses créditos em prazos maiores. "Obviamente, os bancos estrangeiros reagirão a isso, porque aumentará seu grau de vulnerabilidade em relação à dívida do Brasil que, assim, crescerá mais."

Sugeriu, então, que o Brasil reformule parte do pacote 4, de forma a colocar-se numa situação menos dependente de créditos de curtos prazos. "Isso feito, tenho a impressão que de uma forma ou de outra os créditos virão, pois o Brasil precisa refinanciar sua dívida e os bancos internacionais entendem essa necessidade."